

Lapa, paraíso do prazer e do pecado: boemia, malandragem e (re)configuração socioespacial em tempos de renovação urbana

Rosemere Maia*
Jéssica Rocha**

Resumo

No presente artigo, procuraremos analisar a Lapa - bairro da Cidade do Rio de Janeiro - a partir de processos sociopolíticos, econômicos e culturais que contribuíram para a construção, negação e reinvenção da marca que a caracteriza, muito relacionada à boemia e à malandragem. Para tanto, partiremos de um “passeio” pelo bairro, revisitando sua origem, os mitos que foi capaz de produzir, sua importância no contexto urbano, considerando, nesse sentido, as várias intervenções que, ao longo da história, foram realizadas na área, bem como as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos sociais que vêm, de uma forma ou de outra, ressignificando o espaço e seus processos de ocupação, (re)produzindo diferentes territorialidades - seja no âmbito da habitação, do trabalho, da cultura e do lazer. As reflexões que aqui se seguem se apoiaram em pesquisa bibliográfica/documental, observações sistemáticas, entrevistas, questionários on line, além do recurso a material audiovisual, tratando-se de um recorte no âmbito de uma investigação mais ampla intitulada “Sob o discurso da beleza e da ordem: Política Urbana e criminalização da pobreza no Rio de Janeiro em tempos de mercantilização das Cidades”, financiada com recursos do CNPq e CAPES.

Palavras chave: cidade; política urbana; Lapa; território.

Lapa paradise of the pleasure and sin: bohemia, easygoing stile of life and the socioespacial (re)configuration in times of urban renewal

Abstract

In this article, we have analysed Lapa - a Rio de Janeiro city neighbourhood - starting from sociopolitical, economical and cultural processes that have contributed to the construction, denial and recreation of its image, much related to bohemia and an easygoing stile of life. In order to do so, we will start with a walk through the neighbourhood, revisiting its origin and the myths that were responsible for its importance in the overall urban context. In this sense, were considered several interventions, that were implemented in the area throughout history and also the relationships enacted among the different social players, which, somewaht, have enhanced the area and its settlement process. In this course, several different activities were produced - such as habitation, work, culture and leasure. The following thoughts were supported on bibliographical/documental research, continuos observations, interviews, on line data gathering and audiovisual informations, comprising a clip of a larger research titled "Under the order and beauty speach: Urban policy and poverty criminalization in Rio de Janeiro in times of mercatilization of cities " supported by resources from CNPq and CAPES.

Keywords: city; urban policy; Lapa; territory.

Recebido em: outubro de 2015.
Aprovado em: dezembro de 2015

* Professora Associada da ESS/UFRJ – rosemaia@terra.com.br

**Mestranda da ESS/UFRJ - jessicarocha15@hotmail.com

Muito prazer, eu sou a Lapa! - e eis que surge o “paraíso” ...

Embora o destaque assumido pela Lapa na contemporaneidade decorra de intervenções urbanas e processos sociopolíticos, culturais e econômicos ocorridos ao longo de todo o século XX, o bairro, desde o século XVIII, configurava-se como área importante da Cidade do Rio de Janeiro. Os “Arcos” – considerados tanto por moradores do bairro, quanto pela população em geral, como seu maior símbolo - foram construídos em 1721, mas não com o propósito de se tornarem uma marca da Lapa ou um dos principais “monumentos” da Cidade. Na verdade, o Aqueduto Carioca – seu nome original – foi, à época, a mais importante obra do período colonial e servia como ponte para as águas, resolvendo questões referentes ao abastecimento da Cidade. Somente em fins do século XIX (1896), o aqueduto foi desativado, passando a ser utilizado para a passagem de bonde elétrico, ligando o bairro de Santa Teresa ao Centro.

Em 1751, iniciou-se o processo de ocupação no entorno do seminário e da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro. Ainda no final daquele século (mais precisamente em 1783), deu-se o aterramento da Lagoa do Boqueirão, surgindo assim o Passeio Público, lugar de lazer para os moradores da época, onde havia uma grande variedade de espécies da flora nacional, além de obras de arte elaboradas pelo Mestre Valentim ¹ - como chafarizes, esculturas e pirâmides.

De acordo com Duarte (2009), o adensamento populacional da Lapa deu-se, efetivamente, no início do século XIX, quando o Rio de Janeiro recebeu, em 1808, a Família Real, que empreendeu esforços no sentido de urbanizar e modernizar a cidade- até então com características de pacata cidade colonial, ocupada por um grande número de escravos, com ruas fétidas devido aos esgotos a céu aberto, sem conservação e iluminação. O bairro passou a ser procurado, naquele momento, principalmente por imigrantes portugueses, que abriram estabelecimentos comerciais, além de ter se tornado opção de moradia para as famílias mais abastadas, que lá construíram imponentes sobrados e casarões (GUTERMAN, 2012).

Entretanto, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que, de acordo com Duarte (2009), a Lapa consolidou seu processo de urbanização. Seus sobrados e elegantes edificações, que antes abrigavam famílias da elite, passaram a contar com uma população mais empobrecida, formada por trabalhadores desejosos de ter acesso facilitado aos postos de trabalho e aos serviços, daí a preferência por residirem no Centro, de onde a Lapa era parte. Os segmentos mais abastados, por sua vez, migravam paulatinamente para os bairros banhados pela Baía de Guanabara, localizados na Zona Sul da Cidade (como Glória, Catete,

Flamengo, Botafogo), em busca de amenidades e distanciamento do caos que marcava a área central da cidade. Tudo isso contribuiu para uma crescente desvalorização da Lapa.

Nos primeiros anos do século XX, mais precisamente durante o governo de Rodrigues Alves e a prefeitura de Pereira Passos, a cidade (que era, capital da República) passou por um intenso processo de urbanização e modernização que, segundo Velasques (1994), respondia “aos anseios por um espaço urbano ‘civilizado’ e que servisse de símbolo do progresso econômico e cultural do país.” As intervenções levadas a cabo naquele momento não podem ser pensadas descoladas de processos anteriores que culminaram no fim da escravidão, em investimentos na modernização da economia e na entrada definitiva do país no mundo capitalista, bem como no estabelecimento de um Estado de caráter republicano.

Tais intervenções traziam impressas uma marca que remetia a uma “colonialidade do saber” (Diniz, 2013) – neste caso, um marcante eurocentrismo na forma de pensar a cidade que, no fundo, apresentava uma contradição pois, por um lado, sugeria o “desejo” de rompimento com características que pudessem remeter a um passado colonial e, por outro, mantinha País numa posição de “colonizado” no que se refere às referências urbanísticas, ao saber técnico de engenheiros, arquitetos, médicos e sanitaristas, inspirados/formados pelas escolas europeias. Muitos dos discursos que nortearam as intervenções urbanas remetiam-se a referenciais exógenos – pautados na realidade francesa, sobretudo a parisiense. Assim, desconsiderava-se a dinâmica interna do Rio, o(s) modo(s) de vida e as demandas colocadas pelos cidadãos, cujas relações se davam através do uso efetivo do espaço urbano, das necessidades objetivas, e não das normativas políticas ou dos saberes técnicos de cunho eurocêntrico.

Pechman (2002) menciona que a Reforma Pereira Passos apresentou aos cidadãos a possibilidade de uma nova forma de representar e de se relacionar com a cidade, colocando em debate dimensões distintas das vigentes até então quanto às formas de atuar e de se comportar no espaço urbano, vistas como necessárias à constituição de uma “nova cidade”, pautadas no decoro, na urbanidade e na civilidade. Em função disso, o cosmopolitismo que se desejava para o Rio de Janeiro não era visto como compatível com o que se presenciava, objetivamente, na área central – vielas, sujeira, atividades laborativas e “tipos urbanos” dissonantes frente àquele ideal moderno então perseguido. E era justamente nas ruas que essa dissonância se manifestava e, por isso mesmo, pretendia-se, de alguma forma, dar-lhes não só novas formas, mas também uma nova “alma”.

A Cidade foi, assim, sendo (re) construída a partir da introjeção de novos costumes, onde tudo aquilo considerado “barbárie” deveria ser expurgado dos espaços públicos e do campo de visão dos “endinheirados” e poderosos, bem como dos visitantes que a ela chegavam. Isso implicou num crescente cerceamento e numa clara repressão aos setores populares e a seu modo de vida. Além de perderem suas casas, os mais pobres também acabaram por perder, em muitos casos, seus meios de sobrevivência – tudo isso em nome da organização do espaço urbano, da modernização, da circulação de mercadorias e pessoas, da ordem e da disciplina. Havia, igualmente, uma clara remissão a discursos higienistas, utilizados para legitimar tais ações.

A cidade que galgara o posto de “capital das epidemias”, oferecia aos cidadãos precárias condições de infraestrutura urbana, além de contar com moradias vistas como espaços de insalubridade e promiscuidade, do crime, lugares de onde germinava o mal, colocando a saúde de toda a população da cidade em risco. Ao expulsar os pobres das áreas centrais, a administração de Pereira Passos *“viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação, ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendia erradicar. Este habitat foi a favela”* (ABREU e VAZ, 1991, p. 3).

A utilização desse aparato técnico-científico abriu caminho para a intervenção sobre a pobreza (Valladares, 1991), atingindo os espaços de habitação dos segmentos populares – cortiços, num primeiro momento, e favelas, posteriormente-, além de rebaterem no universo do trabalho. Aqueles que não se encontravam inseridos nas fábricas (vistas como espaços laborativos, por excelência) e que, utilizando-se das ruas, viviam de expedientes ou de atividades que se contrapunham à modernidade e ao cosmopolitismo vislumbrados, passaram a ser criminalizados, sendo vistos como classes perigosas - vagabundos, desordeiros, delinquentes – logo, passíveis de repressão. Eram eles, tal qual descrito por João do Rio, profissionais *“sem academia”* – tatuadores, ratoeiros, catadores de papel, selistas, engraxates, bicheiros, dentre outros-, “personagens urbanos” que tanto constrangiam como ameaçavam aqueles que defendiam o novo projeto para a cidade. Impunha-se uma ética do trabalho (sendo o assalariamento concebido como valor supremo da vida em sociedade, como fator de civilização), sem que se considerasse as reais possibilidades de incorporação pela indústria nascente da mão de obra disponível, formada principalmente por ex-escravos e migrantes. Confrontando-se à ética do trabalho aparecia, aos olhos da elite, a ética da malandragem – esta referida a todos aqueles que permaneciam à margem do mercado formal. Para além disso,

também se negava/reprimia “*todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante*” (SEVCENKO,2003, p. 43).

“*O Rio civiliza-se!*” - slogan lançado, em 1904, na Gazeta de Notícias pelo jornalista fluminense Alberto Figueiredo Pimentel - tornou-se a máxima presente em todas as bocas nesses tempos de reforma da cidade. Logo depois, em 1908, quando a Cidade já exibia ares mais europeizados, “civilizados”, o jornalista e romancista maranhense Coelho Neto escreveu um artigo para o jornal “A Notícia”, onde atribuía ao Rio de Janeiro a alcunha de “*Cidade Maravilhosa*” – não só em função dos novos atributos que ostentava desde a reforma, mas, sobretudo, por suas belezas naturais -, alcunha que, com o passar dos anos, o Rio incorporaria como “título” e/ou marca a exibir.

Durante o Bota Abaixo de Passos, a Lapa sofreu profundas transformações. De acordo com Brandão (2011), deu-se no bairro o desmonte do Morro do Senado e o processo de urbanização do Largo da Lapa, com a abertura da Avenida Beira-Mar, culminando no desaparecimento da Praia da Lapa e de vários casebres e cortiços, principalmente os que se encontravam abaixo dos arcos. Além disso, investiu-se na recuperação do Passeio Público e na construção do Lampadário.

Boemia e malandragem: a constituição de uma marca e a decadência anunciada

A partir dos anos de 1920, a Lapa – que até então era, fundamentalmente, local de moradia – tornou-se o “*o berço da boemia carioca, reduto da malandragem, paraíso dos sabidos e calvário dos otários, mostruários de mulheres famosas, centro da vida política do país*” (SILVEIRA, 2004, p.121). Segundo Brandão (2011), o bairro ficou famoso pelos seus cabarés, restaurantes, botequins, casas de jogos, cafés, hospedarias, locais que reuniam intelectuais, políticos, artistas, poetas da época.

A imagem forjada duas décadas antes ultrapassaria nossas fronteiras, nos anos de 1940. De acordo com Guterman (2012), houve uma tentativa de aproximação do Brasil com os EUA (época da II Guerra Mundial) e assim foi criado, em uma viagem do produtor cinematográfico Walt Disney a América Latina em 1941, o personagem Zé Carioca - um papagaio, ave tipicamente brasileira, com o estilo de malandro e boêmio, características que remetiam à Lapa e a seus frequentadores – contribuindo para a afirmação de uma marca/imagem que permanece ainda hoje.

A Lapa tornara-se o bairro da liberdade, do prazer e dos encontros – ou, como dizia o samba da Beija-Flor de 1985, “*o paraíso do prazer e do pecado*”. Lá, podiam ser encontrados artistas e poetas, mas também se avistavam prostitutas, malandros e travestis. Dentre essa última categoria, destacava-se a figura lendária de João Francisco dos Santos (1900- 1976), ou como era popularmente conhecido, Madame Satã (GREEN, 2003), um negro, homossexual assumido, e um dos travestis mais temidos do bairro (Duarte, 2009).

Além de Madame Satã, a figura do malandro também não pode ser esquecida quando o universo é a Lapa. Contudo, de acordo com Araújo (2009), o significado do malandro sofreu alterações com o passar do tempo. Para a autora, essa figura, no início do século XX, tinha a função de resguardar, promover a segurança das casas de shows, clubes e cabarés, protegendo-os dos desordeiros e caloteiros, sendo respeitados pela função que exerciam. Atualmente, porém, ocorreu uma “estilização” desse personagem, ou mesmo sua “pastichização”, uma “prática de imitação”, onde podem ser observadas algumas referências ao malandro que foram construídas (e atualizadas) ao longo da história”. Remetendo-nos a Fuchs (1982), poderíamos então sustentar que o malandro, sob a lógica do pastiche, seria reproduzido não a partir do conteúdo que originalmente carregou, mas sim de um certo número de aparências ou de estilos.

MATOS (1982) compreende que a figura do malandro corresponde a uma ideia de fantasia: é o indivíduo das classes populares que cria um personagem por meio de adereços, como o lenço no pescoço, o chapéu de palha, por exemplo, buscando colocar-se como alguém respeitado, temido, bem posicionado socialmente: “O malandro enquanto caricatura do burguês representa metaforicamente a fantasia do oprimido ao mesmo tempo que o conflito social do qual ele provém” (MATOS, 1982:65). Essa ideia da fantasia aponta para o indivíduo marginalizado que quer ser inserido no meio social e, através do figurino, aproxima-se desse mundo desejado, carregando, assim, um discurso de seu grupo social. (GIL, S/D)

Todavia, ser malando na Lapa, hoje, é ostentar o chapéu que é a marca desse personagem, colocado à venda por camelôs/ambulantes em qualquer esquina do bairro e até em outros bairros da Cidade – sobretudo no Centro e Zona Sul. Mas, além disso, “*malandro que é malandro respeita o bairro*” (o que significa, dentro do atual contexto de ordenamento e marketing urbano, não macular a imagem de cidade que se pretende “vender” – daí o combate às pequenas “malandragens” que ainda insistem em se fazer presentes na Lapa) – mas sobre isso, trataremos mais adiante. Nesse sentido, não necessariamente o malandro que circula hoje pela Lapa é o “indivíduo marginalizado”: é comum encontrarmos jovens de

classe média, universitários, turistas que tentam, através da indumentária, aproximar-se dessa “tal malandragem”, reforçando ainda mais a pastichização da história que marca o lugar.

A “Montmartre dos Trópicos” - título que a Lapa recebeu – atraiu e inspirou uma série de músicos, poetas e grandes escritores, dentre eles Di Cavalcanti, Portinari, Villa Lobos e Manuel Bandeira, que frequentavam os bares, cafés e institutos de ensino e cultura lá existentes (GUTERMAN, 2012).

Bairro com múltiplas funções, contava em sua área com residências, casas comerciais e uma importante indústria (a Fundação Progresso, que fabricava cofres e fogões), que lá funcionou até a década de 1970. Embaixo dos arcos, havia todos os sábados a feira-livre, já demonstrando a vocação do bairro para a concentração de trabalhadores vinculados à economia informal, como ambulantes e “barraqueiros”.

A partir dos anos de 1940, com o Estado Novo (1937-1945), a Lapa entrou numa profunda crise em razão da repressão estabelecida pelo Poder Público às atividades lá desenvolvidas, dentre elas prostíbulos e casas de jogos (cassinos). Nesse período, Copacabana também passou a concorrer com a Lapa em termos de vida noturna, provocando um enfraquecimento do caráter boêmio do bairro. (Brandão, 2011)

Nas décadas seguintes, a Lapa continuou sofrendo com intervenções urbanas que contribuíram para sua “degradação”. Contudo, esse período começou a se encerrar a partir dos anos 1980, quando o governo municipal instituiu o Projeto Corredor Cultural, através da Lei Municipal N° 506, de 17 de janeiro de 1984. O projeto englobava quatro áreas da região central do Rio de Janeiro: Praça Quinze, SAARA (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), Largo de São Francisco, Lapa e Cinelândia, (GUTERMAN, 2012). De acordo com a autora, O Projeto Corredor Cultural visava “*recuperar a imagem do Centro Histórico do Rio de Janeiro, preservando mais de 1300 edificações*” (GUTERMAN, 2012, p.35).

Como uma fênix: eis que ressurgue das cinzas...

Várias cidades do mundo foram invadidas, desde os anos 1980/90, por intervenções que visavam sua renovação/requalificação, onde o patrimônio e a cultura passaram, de algum modo, a ganhar destaque nas políticas urbanas. Mas, a exemplo do sugerido por Fortuna (2012, pp 24), os discursos e as ações voltados para a conservação do patrimônio não necessariamente mantiveram uma proximidade entre presente e passado, o que, segundo o autor referido, seria típico da tradição. Para ele, “a prática institucional da conservação do

patrimônio exige, antes de mais, que seja criada uma distância histórica, pela qual os objetos, lugares ou as práticas sociais podem ser vistos como documentos de um passado mais ou menos longínquo.” E é justamente com esta conotação que temos constatado que, no Rio de Janeiro – e, em particular, no processo de “ressurgimento” da Lapa - o patrimônio vem sendo tratado. Segundo Fortuna, há necessidade de estabelecimento dessa distância temporal justamente para imprimir significado e dar forma ao ato patrimonial que, para o autor, é a

capacidade das instituições políticas para definirem o que é ou não é patrimônio histórico e cultural e, deste modo, estipularem o que deve ou não ser objeto da proteção/conservação e, assim, de consagração e reconhecimento social alargado. O ato patrimonial refere-se em regra à consagração de determinados objetos, lugares ou práticas socioculturais que surgem (re)investidos de significado histórico, mesmo se despojados de qualquer vinculação constitutiva do que é a vida coletiva atual e, por igual, do que possam ter sido as suas funções e o seu significado no passado. (FORTUNA, 2012, pp 24)

SEOANE (2001), sustenta que o patrimônio vem ganhando destaque na contemporaneidade justamente pelo interesse por sua recuperação estar afinado com as necessidades da nova economia das cidades e com as demandas e ações de gestores, investidores e consumidores qualificados. Isso, sem sombra de dúvida, leva a uma ampliação do próprio conceito de patrimônio, conforme indicado por Santos ao dizer que ele [o patrimônio]

foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado. Ultrapassam-se a monumentalidade, a excepcionalidade e mesmo a materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade [...]. Passa-se a valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção. (2001, 43-44)

Seu resgate, atualização e preservação através das pedras, monumentos e símbolos que se inscrevem no contexto da cidade aparecem como elementos discursivos e orientadores de algumas das ações e representações de técnicos, dos cidadãos e de segmentos políticos e empresariais. É como se a premissa fosse a necessária retratação de todos que, em nome da modernidade, por ação ou omissão, deixaram que o pragmatismo se sobrepusesse a história. Segundo GARCÉS (2004: 29), constata-se uma tendência à geração de uma cultura do patrimônio, entendida como equivalente a uma cultura cidadã.

Assim, a Lapa vem, desde então, recolocando-se sob o foco dos holofotes. Deu-se, segundo Duarte (2009), seu “ressurgimento”, sua “redescoberta”. Isso se deveu a iniciativas do poder público e da sociedade civil para a instalação de novos centros culturais, de

restauração de prédios históricos, de “resgate” de alguns “ícones” e símbolos referentes ao bairro. Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar o papel exercido pelo empresariado que tem investido em bares, casas de shows, boates, clubes e antiquários, estes localizados principalmente nas ruas Lavradio, Mem de Sá e Riachuelo. Nesse mesmo período, a Lapa também se tornou palco de vários movimentos sociais, de corte cultural, que lutaram tanto pela transferência do Circo Voador (antes instalado no Arpoador) para o bairro, quanto pela não demolição da antiga fábrica de cofres e fogões - a Fundação Progresso-, refuncionalizada e transformada em um centro cultural. A partir desse momento, ela e o Circo tornaram-se referências importantes no contexto mencionado, abrigando e promovendo shows, eventos culturais, exposições, e oficinas ligadas à arte.

Além das iniciativas anteriormente mencionadas, vale uma referência ao protagonismo da ACCRA (Associação de Comerciantes do Centro do Rio Antigo), que passou a promover a feira de antiguidades ou Feira do Rio Antigo, inaugurada em 1996, e que ocorre todo o primeiro sábado do mês nesta mesma rua, atraindo visitantes e a população consumidora (DUARTE, 2009). Nessa feira, o trabalho informal se apresenta amalgamado com a cultura, já que a feira é, basicamente, composta por barraqueiros que vendem produtos artesanais, sendo todos licenciados para exibição e comercialização de suas mercadorias – embora seja fácil encontrarmos alguns ambulantes percorrendo a área, também oferecendo seus artigos.

Todo esse movimento, tanto do Estado quanto de empresários, com o objetivo de resgatar para a Lapa o lugar de polo cultural deve-se à busca pela adequação a um novo modelo de cidade propagado mundialmente. Ao contrário do observado na virada do século XIX para o XX, o que prevalece agora é a substituição do imaginário da modernização “*pelo da inserção competitiva na economia mundializada*”. (DINIZ, 2013, 46). Apesar dessa inflexão histórica, Diniz destaca que ainda hoje a colonialidade dos saberes se mantém, sustentando as transformações que ocorrem na cidade. Entretanto, para além do eurocentrismo que marcou o período de Passos, hoje “*manifesta-se o globocentrismo dos saberes sobre a cidade*”. (DINIZ, 2013, 46)²

Constata-se, na contemporaneidade, um “*empresariamento da gestão urbana*” (HARVEY, 1996), onde o Poder Público - em parceria, ou não, com a iniciativa privada-, mobiliza-se no sentido de corresponder às exigências colocadas às cidades nestes novos tempos: intervenções urbanas que enfatizam o embelezamento, a criação de infraestrutura em consonância com as demandas postas pelo terciário avançado, o investimento em espaços de

cultura e lazer, o controle social, tendo em vista a aposta no aspecto vislumbrado como a grande vocação da Cidade- o turismo.

Apesar dos investimentos e ações que têm despontado no bairro - e mesmo ao fato de, por se tratar de uma área histórica, já detentora de infraestrutura e serviços que, quando comparados a outras áreas da Cidade do Rio de Janeiro, colocaria a Lapa numa situação privilegiada - não é consensual entre os moradores a percepção de que tais recursos/investimentos sejam adequados, suficientes ou de qualidade. Ao avaliarem os equipamentos e ações voltados à educação, à saúde, ao saneamento e, sobretudo à segurança pública, nossos informantes os classificam numa escala que vai de regular a péssimo. Somente quando se referem ao transporte e aos equipamentos de cultura, lazer e hotelaria esboçam uma avaliação mais positiva, que vai, num crescendo, do regular ao excelente.

A despeito dessas avaliações feitas por nossos informantes – nem sempre sustentadas por um grau de positividade -, não podemos deixar de fazer referência ao fato de que, dia após dia, torna-se forte e presente na cidade aquilo a que alguns autores convencionaram chamar de discurso “**RE**”. De acordo Mendes (2013), tal prática discursiva pauta-se em tendências de intervenção sobre o espaço urbano que associam o conceito de transformação das cidades à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos – o que nem sempre ocorre, na realidade. Renovar, revitalizar, refuncionalizar, requalificar, reabilitar são processos que invadem as cidades, a partir dos anos 1990 principalmente, sustentando-se num certo “consenso” quanto à importância de se recuperar, preservar, revisitar e atualizar o passado, valorizar elementos da cultura local, onde a patrimonialização “serve também os propósitos do mercado e do turismo” (Fortuna, 2012, pp25), como já indicamos anteriormente. Além disso, muitas das ações/intervenções favorecem o estabelecimento de processos de gentrificação, culminando numa mobilidade social e espacial no contexto urbano, produzindo um evidente enobrecimento de determinadas áreas, retirando delas tudo aquilo que possa macular sua imagem, associá-las à pobreza, à desordem, à violência, à degradação.

As intervenções urbanas pautadas no discurso RE têm marcado presença na Lapa. Com o “ressurgimento” do bairro, uma marca também vem sendo (RE)criada, marca essa que remete a antigas tradições- sobremaneira ao samba e à malandragem (GUTERMAN, 2012). Utilizando o termo de Hobsbawn (1984), as “*tradições inventadas*” - ou (RE)inventadas - possuem uma relação com o passado, pois visam incorporar valores, normas e comportamentos através da repetição, dando assim uma continuidade.

Os investimentos voltados para o consumo e o lazer fomentam o retorno da vida noturna no bairro, atraindo antigos e novos frequentadores – turistas, pessoas de várias idades e classes sociais - que ocupam as ruas e espaços culturais em busca de shows ou programas alternativos, além de vendedores ambulantes, moradores e profissionais do sexo. A Lapa faz jus, assim, ao “título” de “lugar de todas as tribos”. A “aura” de bairro boêmio também acaba sendo potencializada a cada instante, o que é aproveitado pelos empresários, e também pelo Poder Público, para difundir uma imagem de cidade acolhedora, cosmopolita, onde a “diversidade” de pessoas e culturas sempre poderá se manifestar. Esse caráter multicultural da Lapa é reconhecido pelos moradores e frequentadores quando indagados sobre sua principal característica ou sobre o melhor termo que a define. Boemia também foi bastante citado, mas também a palavra “caos” esteve presente em várias respostas, em geral por associação à criminalidade presente no bairro, à “desordem urbana” que insiste em permanecer (como a ocupação de calçadas por mesas de bares, o trânsito que se complica nos finais de semana, a infraestrutura inadequada, etc.).

O fato do Rio ser o destino turístico de pessoas oriundas tanto de outras cidades brasileiras, quanto de outros países faz com que muitos cariocas reconheçam a importância da indústria do turismo para a economia da cidade, bem como do valor dos elementos patrimoniais quando o assunto é dar-se a conhecer, revelar a identidade, seja através de sua história natural, do patrimônio humano e cultural, das artes, da filosofia: “así, el turista se llevará la imagen que sus anfitriones le ofrezcan y esto, además de proporcionar un beneficio económico, servirá para reforzar la estima que sobre sus factores identitarios tienen los pobladores.”. (ALFONSO, 2003). Entretanto, para muitos não é fácil perceber e avaliar os paradoxos presentes na tensão entre o global e o local, posto que ao mesmo tempo em que se fala em patrimônio e tradição, também se pratica a standardização e homogeneização da paisagem, a mercadização da cultura (HARVEY, 2002), a globalização do patrimônio. Segundo ANICO,

É atualmente pouco razoável conceber a cultura como propriedade natural, autêntica e essencializada, de populações espacialmente circunscritas, uma vez que o mundo da contemporaneidade se configura como um mundo de cultura em movimento, de hibridação, em que sujeitos e objectos se desvincularam de localidades particulares para se reconfigurarem num espaço e tempo globais. (2005, 72)

O resgate e o apelo ao caráter boêmio do bairro devem ser compreendidos segundo essa nova “economia das Cidades”. Nesse sentido, pautam-se numa certa “domesticação” da

boemia”, ou em preceitos de “ordem urbana” (sobre os quais falaremos mais adiante). Os investimentos feitos pelo capital imobiliário também não podem ser compreendidos fora desse parâmetro. Um bom exemplo é o Condomínio “Cores da Lapa”, cujo lançamento em 2005 foi acompanhado pela campanha “*Eu sou da Lapa*”, que ganhou os espaços midiáticos e tinha em vista a valorização da área através da atração de moradores mais abastados para o bairro.

Verifica-se, assim, a transformação de lugares específicos da cidade moderna em espaços liminares pós-modernos, “*que tanto falseiam, quanto fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico*” (Zukin, 2000, 82), misturando funções e histórias. Apesar de todos os investimentos observados no bairro, Mosciaro (2012) afirma que a população menos abastada jamais se ausentará desse espaço, tentando resistir e buscando alternativas para viver (ou sobreviver) neste local. É o vernacular, como diria Zukin (2000, 84-85) manifestando-se. É a chancela dos sem poder, contrastando com a paisagem imposta pelos detentores do poder (político e econômico) e estabelecendo uma tensão entre o que as instituições querem construir e as criações daqueles que buscam manter ou encontrar seu “lugar” naquele espaço.

Além de toda uma “identidade” que se busca construir/resgatar em relação à Lapa - muito pautada em elementos relacionados à cultura, ao lazer, às práticas sociais que marcaram a área ao longo do tempo -, em 2012, por força de lei, a Lapa foi “emancipada” do Centro, tornando-se um bairro, o que vem contribuindo, ainda mais, para o reforço de muitos de seus atributos/qualidades “especiais”, sua vocação para o turismo e, também, para a moradia, além de justificar ações/intervenções mais incisivas, o que ficaria mais complicado caso houvesse a necessidade de diluí-las por toda a área central – que não compartilha, em igual medida, de todos os atributos conferidos ao citado bairro. Nossos informantes, quando perguntados sobre o processo que resultou na emancipação do bairro, dividem-se diante de duas perspectivas: há os que concordam no sentido de que a criação do “novo bairro” decorreu de interesses especulativos de empresários que viram na lapa um local de investimento; mas há também aqueles que atribuem o fato a uma estratégia de marketing, em consonância com interesses tanto de moradores, quanto de empresários, mas também de grupos políticos, que buscavam a constituição de uma marca positiva para o bairro e sua renovação, possibilitando a valorização da área. No segundo caso, constatamos que o elenco de atores envolvidos nessa redefinição é bem maior, demonstrando, a nosso ver, uma concepção de que na produção do espaço há uma série de interesses e “protagonistas” em constante processo de negociação, pautadas em

relações de poder – nem sempre simétricas-, mas que podem confluir, “consensuar” em alguns aspectos e divergir em outros. No governo do atual prefeito - Eduardo Paes- um desses projetos pode servir à exemplificação desse processo: o projeto “Lapa Legal”, que surgiu, segundo Brandão, justamente para valorizar a “vocalização multicultural” da Lapa e suas riquezas artística, arquitetônica e histórica (2011, p.13).

Subjacente aos discursos da “regeneração urbana” e da “requalificação do bairro”, o que se apresenta, por outro lado, são intervenções que visam a instituição de um “choque de ordem” na região, sendo utilizadas, para tanto, medidas voltadas à fiscalização/repressão aos vendedores ambulantes, ao recolhimento da população em situação de rua e usuários de crack, ao combate às pequenas infrações; enfim, à promoção da ordem pública que, por força das circunstâncias e do projeto que se traçou para a Cidade, vem tendo como meta principal a limpeza urbana, a ordem e a segurança, atualizando práticas higienistas e repressivas que já marcaram a cena carioca em outros momentos da história. Práticas similares ocorrem em outras cidades do mundo, sendo cada vez mais frequentes. Inspiradas na Política de Tolerância Zero, cuja experiência pioneira foi levada a cabo por Rudolph Giuliani, prefeito de Nova Iorque entre 1994 e 2001, tais intervenções têm como fundamento o fortalecimento do poder punitivo como modo de administração dos efeitos das políticas neoliberais sobre os segmentos pobres. (WACQUANT, 2001, p. 26). Em se tratando da realidade carioca – e especialmente do bairro em questão – Projetos como “Lapa Legal” (2009) e “Lapa Presente” (iniciada durante o carnaval de 2014) mostraram-se bastante afinados a tal Política, e, para tanto, traziam em si medidas para evitar que a imagem da cidade fosse posta em risco pelas “classes perigosas”. Sobre o primeiro projeto (Lapa Legal) ficava evidente, desde sua concepção, a busca da adequação da Lapa ao destino perseguido para a Cidade:

Um grupo de trabalho da Prefeitura vai elaborar o Projeto Lapa Legal, destinado a promover o ordenamento urbano e promover as potencialidades da região. De acordo com decreto publicado hoje, o Lapa Legal será executado na área que vai da Cinelândia ao Campo de Santana. Entre as diretrizes do projeto estão o aproveitamento do potencial cultural e turístico da área, o ordenamento público, a regularização urbana da região e seu entorno, a preservação do patrimônio arquitetônico do Rio Antigo e o incentivo à captação de recursos e investimentos privados para a geração de empregos e a dinamização das atividades culturais.

Entre as razões apontadas no decreto para a criação do projeto estão a forte vocalização multicultural da Lapa e sua riqueza artística, arquitetônica, histórica e democrática. Com a implementação do Lapa Legal, além de promover o controle urbano, a Prefeitura vai melhorar a infra-estrutura urbanística para alavancar o desenvolvimento das atividades culturais, turísticas e econômicas na região. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 5 de janeiro de 2009)

O projeto Lapa Legal tinha como pressuposto uma concepção sustentada na “vocação do lugar”, sendo o bairro em foco tomado como exemplar e estratégico para esse tipo de intervenção – que, mais tarde, poderia ser estendido a outros bairros da Cidade, igualmente representativos da “carioquice”. Verificou-se, no lançamento do projeto, toda uma atuação performática da Prefeitura, apoiada por outros atores/segmentos sociais, que sustentavam o potencial detido pelo plano de exaltar as especificidades do bairro, promover o seu desenvolvimento e extirpar de seu contexto todos os elementos que contribuíssem para manchar a sua imagem (violência, a degradação, a estagnação econ mica, a pobreza).

Já a Operação Lapa Presente, tinha a seguranç a como principal elemento norteador e, nesse sentido, partiu da constatação sobre a escalada da violência na Lapa e reuniu policiais militares, guardas municipais e agentes de diversas secretarias (tanto municipais, quanto estaduais) com o intuito de conter as ações criminosas que estavam se tornando cada vez mais recorrentes na localidade e que, de alguma maneira, vinham fomentando o medo dos frequentadores – o que poderia causar seu afastamento-, além de prej zos aos empresários locais e   imagem da Cidade. Segundo informações retiradas do site do Governo Estadual,

A Operação Lapa Presente, coordenada pela Secretaria de Governo, vai garantir o direito de ir e vir dos moradores e frequentadores da região. A iniciativa começa em 1  de janeiro de 2014. [...] Entre as ações propostas pelo grupo estão a instalação de uma unidade móvel avançada da Secretaria municipal de Assistência Social, para atendimento de moradores de rua usuários de drogas, e a implantação de um Conselho Tutelar permanente no bairro, para responsabilizar os pais dos menores que ficam nas ruas. Outra iniciativa divulgada   a atuação de oito educadores sociais da prefeitura, que vão atuar em duplas pelo bairro, munidos de rádios-transmissores, que serão providos pelo Estado. Segundo o coordenador da Lapa Presente, major Rodrigo Cereser, o Governo capacitar  agentes da Guarda Municipal para que façam a notificação de quem jogar lixo no chão, com o objetivo de apoiar a operação Lixo Zero, da Comlurb, que passará a ser permanente na Lapa, a partir de 1  de janeiro. [...] De acordo com o secretário Wilson Carlos, a prefeitura e o Governo do Estado estão trabalhando juntos, com um objetivo específico de criar na Lapa um ambiente de ordenamento urbano (KOPSCHITZ, 2012).

Ordenamento urbano/práticas higienistas/seguranç a/assistência social surgem como articulados e funcionam como pilares da operação, sendo que os meios utilizados para tanto – muitas vezes apoiados em ações repressivas, de cunho autoritário – demonstram muito mais uma tentativa de se “empurrar o lixo para debaixo do tapete”, que olhar de frente para as r izes do problema.

Tornada lugar de espetáculo, a Lapa mercantiliza-se, transforma-se numa grife que tem o seu próprio logotipo (os Arcos) estampados em camisetas, bolsas e acessórios (ARAÚJO, 2009). Seu passado que remete à Madame Satã, aos crimes, às casas de jogos e às prostitutas não deixa de fazer parte do imaginário daqueles que frequentam o bairro, como se esses elementos fossem fundantes da sua identidade - mas de uma identidade hoje “domesticada”, totalmente sob controle, tornada “inofensiva”. Uma imagem que precisa ficar associada a um tempo pretérito, aos cenários do Rio antigo que se pretende restaurar como pátina da história – ao modo dos sobrados transformados em bares e antiquários presentes na região -, não se admitindo qualquer fato que possa manchar a aura associada à cultura e ao lazer, tampouco ao cosmopolitismo e ao “multiculturalismo” que hoje se quer como suas características fundamentais. Daí a intolerância frente a tudo e a todos que possam perturbar/atrapalhar a ordem perseguida, o modelo de gestão adotado, os investimentos lá realizados.

Lapa de todas as tribos: a propósito das múltiplas territorialidades existentes no bairro

Todas as questões até aqui apresentadas/discutidas, ajudam-nos a compreender as territorialidades que emergem entre os diferentes grupos/segmentos sociais que se apresentam nesse espaço tão diverso que é a Lapa. Contribuem, igualmente, para demonstrar que, no citado bairro, a rua - esse espaço a quem Le Corbusier chegou a decretar a morte -, efetivamente não morreu. Ainda que a cidade – agigantada e complexificada sob os imperativos do capital e da circulação – tenha, há muito, tornando a vivência cotidiana das pessoas referida aos limites dos apartamentos, às muralhas e grades que circundam os condomínios, aos escritórios e aos “shopping centers (o que, em outras palavras, poderia significar a perda do sentido clássico da rua) -, não foi capaz de romper com a experiência do espaço público, sobretudo naquele bairro. Em relação a isto, afirma MAGNANI:

Esta é a riqueza que caracteriza a experiência urbana e que a rua, em sua relação metonímica com a cidade, evidencia. Não se pode ler a cidade a partir de um eixo classificatório único: é preciso variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço da cidade. (s/d, s/p)

Na Lapa, a rua demonstra sua vitalidade, fervilha a todo instante, criando e recriando pedaços, onde, conforme nos sugere Magnani (1996: 39-41) “*está-se entre iguais*”. Nesses pedaços, constata-se a existência de marcas exclusivas, cujo “*componente espacial [...]*,

ainda que inserido num equipamento ou lugar de amplo acesso, não comporta ambiguidades porque está impregnado pelo aspecto simbólico que lhe empresta a forma de apropriação característica". Neles, os sujeitos sociais exercitam-se "*no uso de códigos comuns*", através de "sinais" que demarcam diferenças entre eles e os outros.

A estética, os padrões de consumo, a "simbologia" associada à boemia, à cultura e ao lazer, as intervenções que visam o ordenamento do espaço público, bem como os modelos de comportamento esperados daqueles que frequentam a localidade estão de acordo com um projeto para o bairro e a cidade que se persegue e, nesse sentido, buscam se adequar às exigências impostas pelos segmentos dominantes. Entretanto, não são suficientes para impedir que a heterodoxia se apresente, ou seja, que por meio de "estratégias de subversão", outros sujeitos sociais possam se manifestar - como os trabalhadores informais, grupos vinculados à cena underground, jovens oriundos das classes populares, travestis e profissionais do sexo, adolescentes em conflito com a lei. Estes "protagonistas" - nem sempre bem-vindos- acabam por desacreditar "*os detentores reais de um capital legítimo*" (ORTIZ, 1983: 22) através da produção de territórios, deixando clara uma resistência aos processos de exclusão a que são submetidos cotidianamente. Paoli e Almeida apresentam elementos para a compreensão deste processo:

A cidade se torna um patchwork de territorialidades recolocadas e móveis, cujas fronteiras fluidas geram espaços de negociação que visam reverter os limites estreitos da ordenação racional dominante da cidade: um modo de negociar a modernidade excludente, pauperizadora e violenta com a qual, em princípio, essa população tem pouco a ganhar. (1996: 190)

A Lapa é claramente marcada pela existência de uma territorialidade cíclica (SOUZA, 1995), onde, a depender do horário, do dia da semana, um mesmo substrato espacial pode ser apropriado por segmentos distintos. Nesse sentido, a Lapa diurna em quase nada se assemelha à noturna. Os trabalhadores, moradores, transeuntes que ocupam suas ruas ao longo do dia são, sobretudo nos finais de semana à noite, substituídos por "consumidores" - grande parte composta por turistas ou por uma classe média oriunda de outros bairros da cidade - ávidos pelas suas casas/espços de espetáculos, seus bares, suas boates. Esse caráter cíclico das territorialidades e temporalidades - que se compõem, decompõem e recompõem na Lapa - é algo claramente percebido pelos nossos informantes. Nas noites de sexta a domingo, o bairro vira um lugar de "todas as tribos", um espaço multicultural e frequentado por pessoas de todas as classes sociais, gostos diversos e oriundos de várias partes da Cidade, do País e mesmo do mundo.

Também à noite, as calçadas existentes nas principais ruas tornam-se a extensão de bares e restaurantes que, com suas cadeiras e mesas, delas se adonam, retirando daqueles que não dispõem de recursos para o “consumo do lugar” o direito de utilização/circulação pelo espaço público, demonstrando claramente que nem todos são afetados ou reprimidos da mesma maneira pelas intervenções que se destinam ao ordenamento da cidade. A “paisagem” da Lapa “dá forma a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural”, onde se verifica, conforme explicitado por Zukin, a

chancela especial das instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como a todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo”. Fica claro, assim, que “os interesses capitalistas desempenham um papel essencial como agentes da dialética entre mercado e lugar”. (2000, 84-85)

A Lapa possui algumas singularidades em se tratando de sua dinâmica territorial. Poderíamos dizer que um primeiro “recorte” nesse sentido poderia nos levar a dizer que há duas Lapas e que os Arcos servem como limite entre ambas. De um lado, o espaço seria marcado por um público mais “alternativo” – da cena underground, conforme mencionado acima -, além de estudantes universitários, trabalhadores informais (cadastrados ou não pela Prefeitura), travestis, os botequins “pés sujos”, os becos mais sombrios, a famosa escadaria Selaron. Do lado oposto, surgem os bares da moda, as boates, os espaços “disneyficados”, frequentados principalmente por jovens de classe média alta - tipo de *“paisagem da pós-modernidade [que] incorpora um cenário ao mundo ‘real’ do turista, ao mesmo tempo em que afasta esse cenário dos assuntos diários de trabalho, casa, família, trânsito engarrafado e orçamentos domésticos”*. (ZUKIN, 2000, 91) Entretanto, conhecendo melhor o bairro, adentrando seus becos e vielas, tendemos a concordar com uma maioria que respondeu aos nossos questionários ou entrevistas, afirmando que “lá impera o “caos”, não existindo qualquer tipo de lógica na distribuição dos equipamentos e serviços” e que o bairro se caracteriza pelo seu aspecto multifuncional, sem destaque para a presença de uma atividade específica num lugar igualmente específico (como área destinada à moradia, outra ao lazer, ao comércio, espaço que concentre outros serviços). Contudo, há quem sustente, por outro lado, que existe na Lapa uma área mais residencial e outra mais comercial, sendo relevante, também, o contingente de pessoas que conseguem perceber a apropriação dos espaços do bairro, a depender de aspectos identitários/culturais.

Alguns bares/casas de show/espços culturais voltados a um público mais “seletivo” e abastado, como Rio Scenarium, Bar da Boa, Carioca da Gema, Favellas, Bar das Quengas,

Lapa 40º, Sacrilégio tentam, de alguma forma, reproduzir uma ambientação ligada às marcas do bairro e da cidade, atraindo turistas ávidos por um “*consumo seletivo do tempo como entretenimento*”, onde os frequentadores/consumidores “*pagam uma soma razoável de dinheiro para entrar [...] mas pagam também pela experiência singular de visitar um lugar específico*” (ZUKIN, 2000, 92). Nesses espaços, uma favela é passível de ser recriada, assim como o visitante/consumidor pode transportar-se no tempo ao ingressar num espaço permeado por objetos que remetem a outros momentos que marcaram o “Rio Antigo” e a própria Lapa. Da mesma maneira, pode-se ter a experiência de observar uma decoração que remete a um “prostíbulo”, a um cabaré, a um bar/sinuca. Zukin nos demonstra que “*essa paisagem onírica é uma aventura de pagamentos*” (idem). E assim, os consumidores vão “territorializando” os espaços, a depender das marcas que pretendem partilhar e exibir, das experiências que gostariam de ter e, principalmente, do quanto podem pagar por tudo isso.

Pelas ruas, outras territorialidades vão sendo criadas: de prostitutas e travestis, que, apesar da repressão e da hostilidade que, por vezes sofrem, continuam ocupando algumas ruas específicas – sobretudo aquelas que permitem a abordagem rápida e discreta dos “consumidores” de seus serviços-; de adolescentes em conflito com a lei, usuários de drogas e que cometem pequenos furtos, que, quando concentrados em determinada área, definem seu pedaço pelo “medo” ou indiferença que provocam nos demais frequentadores (nesses casos, é bom que se mencione que os territórios são criados e recriados a todo instante, em função mesmo das circunstâncias em que sem encontram, já que são alvos constantes das abordagens dos “agentes da lei e da ordem”). Artesãos se apresentam nas proximidades dos arcos e exibem os colares, brincos, bolsas e cintos que fabricam (e, diga-se de passagem, muitos deles são oriundos de outros países, especialmente da América Latina, conseguindo obter da Guarda Municipal uma tolerância que não é dispensada aos demais trabalhadores informais). No caso dos nossos “camelôs - que “teimam” em circular pelo bairro, vendendo seus produtos, catando material reciclável -, os territórios criados primam pelo fato de serem “itinerantes”, fluidos, estabelecendo-se “onde dá”, mas com regras negociadas e códigos partilhados. Um “território” que pode “evaporar” em questão de segundos: basta que uma única frase soe como aviso: “*Olha o rapa!*”

Ainda em relação aos trabalhadores informais, não podemos deixar de fazer referência aos barraqueiros, que têm autorização para ocupação de uma área próxima aos arcos, mas no lado oposto àquela onde se concentram os bares da moda, os espaços frequentados pelo público mais seletivo. Eles conseguem atrair, através dos produtos que comercializam

(caipirinha, cerveja, churrasco, acarajé, etc), uma clientela diversificada, em certa medida até “fiel”, que ali se concentra e estabelece relações de sociabilidade, paquera, curte a noite. Esse é o território daqueles que não se adequam ao padrão de consumidor/consumo exigido pelos lugares da moda, mas que, da mesma maneira, querem se apropriar da “aura” do bairro, através de tudo que congrega – a boemia, a malandragem, o prazer, a sedução – sempre sob o olhar vigilante dos guardas municipais e policiais militares que, nos finais de semana, ocupam o bairro, numa tentativa de disciplinar os frequentadores, bem como o uso do espaço – sendo seus principais alvos, como já vimos mencionando, os segmentos que possam macular a imagem esperada.

Em alguns “espaços alternativos” e “botequins pés sujos” existentes no bairro – considerados por alguns como referências à “cena underground” - jovens “descolados”, militantes de movimentos raciais, grupos LGBTs se concentram em busca de um repertório mais delimitado para o consumo, com uma organização de produção e circulação particulares, encarados como mais “autênticos”, por fugirem, de certo modo, ao “esquemão” que é imposto em outros pontos da Lapa. Se mais autênticos, ou não; mais contestadores, ou não; se expressões de resistência, ou não, frente aos modelos e aos ditames do mercado que imperam no bairro, o que muitos que frequentam esses espaços ditos “mais alternativos” dizem que assim o fazem pelo fato de serem mais acessíveis em termos de custo, onde se pode tomar uma cerveja mais barata, e onde não se exige tanta pompa e circunstância para adentrar no lugar (aliás, em muitos casos, os encontros se dão mesmo na porta dos estabelecimentos, nas calçadas), o que não coloca entre os diferentes grupos, as diferentes “tribos” qualquer fronteira objetiva entre uns e outros.

Em geral, o repertório de signos compartilhados por cada grupo é que define as territorialidades que são forjadas, o que nos leva à aproximação da discussão feita por Bonemaïsson, que não considera a noção de fronteira como essencial à constituição do território, da mesma maneira que secundariza o papel da apropriação biológica. Assim, sua ênfase se desloca para as relações sociais e culturais “*que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território*”. (1981: 254)

E apesar do “modelo”, muitas Lapas é o que há...

Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras[...] é uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos. Se uma cidade assim é o que há de mais

improvável, diminuindo o número de elementos anormais aumenta a probabilidade de que a cidade realmente exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de um certo limite: obteria cidades verossímeis demais para serem verdadeiras. (CALVINO, 1990: 67)

Com essas considerações de Calvino, gostaríamos de iniciar este momento do trabalho dizendo que se o mesmo não se pretende “conclusivo” é porque, a exemplo do sugerido pelo autor, talvez seja modelar em suas incongruências, contradições e exceções, mas nem por isto menos ou mais verdadeiro que outros tantos que também voltaram seu olhar para exceções distintas, “anomalias” diferenciadas, diferentes contrassensos. E não poderia ser diferente em se tratando da Lapa - ou melhor, das múltiplas Lapas que convivem e se confrontam num mesmo bairro.

Olhar para a Lapa é, justamente, ter a exata dimensão de que por mais que modelos se imponham e tentem fazer valer os ditames de elementos exógenos àquele lugar - num claro anseio de domesticação do uso do espaço público e das práticas econômicas e socioculturais lá existentes – deparam-se com outras ações, que demonstram potencial de “subversão”; veem-se diante de uma “malandragem” “insolente” e boêmia, mas também batalhadora, que redimensiona o próprio sentido da malandragem. Isso porque as expressões culturais e os sujeitos sociais que, de alguma forma, traduzem e redimensionam a aura que a Lapa carrega, criam e recriam estratégias de expressão, através das múltiplas e microterritorialidades que lá se apresentam. Territorialidades que podem ser definidas pelo consumo, pelo trabalho, pelo lazer, pelo prazer, pela violência... Que podem ser cíclicas, itinerantes. Podem criar paisagens, definir lugares, estabelecer limites, ainda que por vezes fluidos, permeáveis, nem sempre inteligíveis. Assim é a Lapa – ou melhor, assim são as múltiplas Lapas - território de todos e de ninguém.

Referências bibliográficas

ABREU, M. de e VAZ, L. F. Sobre a origem das favelas. In Encontro Nacional da ANPUR, 4, Anais. Salvador, ANPUR, 1991.

ALFONSO, M. J. P. El patrimonio cultural como opción turística. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, nº 20, pp. 97-115, out. 2003.

ANICO, M. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº 23, pp. 71-86, jan/jun 2005.

- ARAÚJO, V. J. de. A Lapa Carioca, uma (re) apropriação do lugar. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2009.
- BONEMAISON, J. Voyage autour du territoire. *L'Espace Geographique*, Paris, n° 4, pp. 249-262, 1981.
- BRANDÃO, J. P. M. Cultura, Patrimônio e Lazer na Construção Social do Espaço Público no Rio de Janeiro: A Revitalização da Lapa. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 11, Anais. Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011.
- CALVINO, Í. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO | PODER EXECUTIVO. Ano XXII, n° 198, 5 de janeiro de 2009.
- DINIZ, N° De Pereira Passos ao Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro. *E-metropolis*. Rio de Janeiro, n°13, ano 4, pp. 40-48, junho de 2013.
- FORTUNA, C. Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora. In: FORTUNA, C. (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora, 1997.
- _____. Patrimônio, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 97 | 2012.
- Disponível em <http://rccs.revues.org/4898>. Acessado em 05/10/2015.
- FUCHS, C. *La Paraphrase*. Paris, Presses Universitaires de France, 1982.
- GARCÉZ, E. K. Patrimonio, políticas de la memoria e institucionalización de la cultura. *Iconos*, Flacso-Ecuador, Quito, n° 20, pp 26-34, 2004.
- GIL, B. D. Unidade lexical morro no samba carioca. Disponível em <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/16/04.htm>. Acessado em 05/07/2015.
- GREEN, J. N. *O Pasquim e Madame Satã, a rainha” negra da boemia brasileira*. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 4, n° 7, pp. 201-221, jul-dez 2003.
- GURTEMAN, B. da C. Cidade-produto, bairro-marca: como a Lapa está se tornando o mais carioca dos bairros. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2012.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- _____. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano XVI, n° 39, pp. 48-64, 1996.
- HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23, 1984.
- KOPSHITZ, I. Governo e Prefeitura detalham aspectos da Operação Lapa Presente. Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1899260>. Acessado em 09/06/2015.
- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In Magnani, J.G.C. e Torres, L. L. (org.) *Na Metrópole*. São Paulo, Editora da USP/ FAPESP, pp. 12-5, 1996.

_____. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. Disponível em http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf Acessado em 16/10/2014.

MAIA, R. Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no “mercado mundial de cidades”. In GOMES, M. de F. C. M. Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas – a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Rio de Janeiro, DP&A: FAPERJ, 2006, p. 62-78.

_____. Shopping center- o afrouxamento da promessa de assepsia e o lugar da pobreza nos templos de consumo das cidades contemporâneas. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ, 2002.

MATOS, C. N de. Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MENDES, L. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. *Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* [online]. vol.5, n.1, pp. 33-45, 2013.

MOSCIARO, M. R. Gentrificação na Lapa? Um estudo sobre mudanças na área central do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Rio de Janeiro, PROURB/UFRJ, 2012.

ORTIZ, R. Introdução. A procura de uma sociologia da prática. In Pierre BOURDIEU: Sociologia. São Paulo, Ática, 1983.

PAOLI, M. C. e ALMEIDA, M. A. Memória, cidadania, cultura popular, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 24, pp. 185-192, 1996.

PECHMAN, R. M. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

SANTOS, C. R. dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. In São Paulo em Perspectiva, São Paulo, nº 15(2), pp. 43-48, 2001.

SEOANE, M. L. L. Del concepto de “monumento histórico” al de patrimonio cultural. Costa Rica, *Ciencias Sociales*, vol 1, nº 94. 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2003.

SILVEIRA, C. B. O Entrelaçamento Urbano-Cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2004.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, O. et Al. (org.) A cidade do pensamento único – desmanchando consensos. Petrópolis, Editora Vozes, pp. 75-104, 2002.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In Boschi, R. (org.). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ, pp. 81-113, 1991.

VELASQUES, M. C. C. A Lapa boêmia: Um estudo da identidade carioca. Tese (Mestrado em História Social). Niterói, PPGH/UFF, 1994.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In Arantes, Antônio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas, Papirus, pp. 80-103, 2000.

_____. Urban lifestyles- diversity and standardisation in spaces of consumption^o Urban Studies, v. 35, n^o 5-6, p. 825-839, 1998.

NOTAS

¹ Valentim Fonseca e Silva nasceu na cidade de Diamantina, Minas Gerais, em 1744 e lá aprendeu o ofício que o levaria a ser um dos maiores artistas do seu tempo, sendo o conjunto de sua obra tão valorizado quanto o de Aleijadinho, seu contemporâneo. Veio para o Rio em 1770 e aqui trabalhou com escultura, arquitetura, paisagismo, urbanismo, ourivesaria e desenho.

² O que se persegue, através das intervenções realizadas com base nesse modelo globalmente difundido, é a inserção de cada cidade no que se convencionou chamar de mercado mundial de cidades e, para tanto, coloca-se como fundamental tanto investimentos em atividades vinculadas ao terciário avançado, como a (re) descoberta e/ou reforço de elementos que expressem a vocação de cada uma delas, a sua marca, seu “diferencial” em relação às demais. (MAIA, 2006, 63) A cidade é qualificada enquanto mercadoria a partir dos insumos que detêm e que são valorizados pelo capital transnacional, a exemplo do sugerido por Borja & Forn (apud VAINER, 2002, 79). Para tanto, as cidades adotam diferentes modalidades de estratégias de reestruturação e intervenção urbana, buscando uma posição favorável de competitividade do mercado mundial de cidades. Tal qual uma empresa, a cidade passa a ser gerida. Para tanto, preceitos como os relacionados à produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica do mercado, surgem como centrais nesse movimento de empresariamento da gestão urbana (HARVEY, 1996).

